

1 **COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CIB) SANTA**
2 **CATARINA**

3 ATA Nº 03/2015

4 Ao vigésimo segundo dia do mês de junho de dois mil e quinze, às treze horas, na sede da
5 Associação dos Municípios de Médio Vale do Itajaí – AMMVI, localizada na Rua Alberto Stein,
6 466, Bairro Velha, em Blumenau/SC, realizou-se a reunião plenária ordinária da Comissão
7 Intergestores Bipartite da Assistência Social (CIB/SC) com a presença dos seguintes membros:
8 representantes da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST/SC)
9 – Ângela Albino (Coordenadora da CIB/SC e Secretária de Estado), Arnaldo Zimmermann,
10 Renata Nunes, Junior Robson da Silva, Carolina Freitas, Fernando Coelho e Daiana Nardino, e
11 representantes do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social
12 (COEGEMAS/SC) – Ana Cláudia da Silveira Quege – Presidente do COEGEMAS/SC (Três
13 Barras), Janifer Otto (São João Batista), Ana Carolina Capistrano (Petrolândia), Daniela de
14 Bastos (Itapema) e Valdecir Mengarda (Blumenau). Ainda estavam presentes membros
15 suplentes da CIB/SC, gestores e técnicos municipais, representantes da câmara técnica,
16 secretarias regionais e associações de municípios, cuja lista de presença segue anexa. Renata
17 Nunes iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e todas, e passando a palavra ao
18 Prefeito de Blumenau, Napoleão Bernardes, que desejou boas vindas a todos e todas. A
19 Secretária Executiva da CIB/SC efetuou a leitura da ordem do dia. Na ocasião, o assunto da
20 matéria para discussão “Plano de Acompanhamento e Apoio Técnico aos Municípios de Santa
21 Catarina” foi proposto como item de pactuação. Além disso, foram inseridos os seguintes itens
22 para informes da SST: “Bloqueio de recursos federais”, “Construção de equipamentos sociais
23 (CRAS, CREAS e Centros Dia)” e “Conferências Municipais de Assistência Social”. Em
24 seguida, a ordem do dia foi aprovada pelo plenário: **1º Apreciação e aprovação da ata da**
25 **reunião anterior:** O plenário considerou lida e aprovada a ata da reunião anterior. **2º**
26 **Correspondências recebidas e expedidas:** O plenário considerou lida a relação de ofícios
27 recebidos e expedidos pela CIB/SC: Recebidos – Ofício nº 208/2015, enviado pela Prefeitura
28 de Rio do Sul, encaminhando indicação da representante Marilea Batista para participar da
29 Câmara Técnica da CIB/SC, em substituição a Emiliana Vargas; Ofício nº 038/2015, enviado
30 pelo COEGEMAS/SC, solicitando inclusão de assuntos na pauta da reunião da CIB/SC;
31 Expedidos – Ofício nº 022/2015, destinado ao CEAS/SC, encaminhando, para conhecimento,
32 Ata CIB nº 01/2015, Calendário Anual da CIB 2015 al terado e as Resoluções CIB nº 02, 03 e
33 08/2015; Ofício nº 023/2015, destinado ao CEAS/SC, encaminhando, para apreciação,
34 Resoluções CIB nº 04, 05, 06 e 07/2015; Ofício nº 0 21/2015, destinado à DIAS/SST,
35 encaminhando relação de prazos e providências para preparação da reunião plenária ordinária
36 da CIB/SC e Fluxograma do Processo de Pactuação; Ofício nº 025/2015, destinado a
37 Secretaria Técnica da CIT, encaminhando Resoluções da CIB/SC nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07
38 e 08/2015. **3º Plano de Acompanhamento e Apoio Técnico aos Municípios de Santa**
39 **Catarina.** Renata Nunes apresentou a proposta de revisão do referido plano que consiste num
40 instrumento de planejamento para apoio técnico do Estado aos Municípios no que se refere à
41 gestão do SUAS e execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais
42 visando ao alcance das prioridades e metas estabelecidas da Resolução CNAS nº 18, de 15 de
43 julho de 2013, para gestão municipal – quadriênio 2014-2017 e a qualificada implementação do
44 SUAS em Santa Catarina. Durante a apresentação, destacou o marco regulatório, os objetivos/

45 metas, as responsabilidades dos entes envolvidos (Estado e Municípios) e as ações de
46 acompanhamento. Ressaltou ainda que os critérios para identificação dos Municípios
47 prioritários às ações in loco e acompanhamento mais sistemático da equipe técnica do órgão
48 gestor estadual se darão com base nos indicadores e dados sobre o cumprimento das metas
49 do Pacto de Aprimoramento da Gestão Municipal. Informou que a partir desses dados foi
50 realizado um levantamento do cumprimento das metas de cada Município de Santa Catarina,
51 transformando-o em dados percentuais, possibilitando identificar com maior precisão o patamar
52 de execução do Pacto de Aprimoramento de cada Município catarinense. Explicou que a partir
53 do percentual executado de cada município, foi realizada uma tabulação desses dados,
54 reunindo os municípios de cada região, para gerar um percentual regionalizado de
55 cumprimento de metas. Relatou que, dessa forma, foram definidos como municípios prioritários
56 aqueles que não cumpriram nenhuma meta do Pacto de Aprimoramento, totalizando 8 (oito)
57 Municípios das seguintes regiões: três da Serra Catarinense, um do Extremo Oeste, um do
58 Médio Vale do Itajaí, um da Grande Florianópolis e dois da região de Laguna. Destacou que as
59 ações in loco a estes Municípios, que não cumpriram nenhuma meta do Pacto de
60 Aprimoramento, iniciar-se-ão por aqueles que possuem o menor Índice de Desenvolvimento
61 Humano Municipal - IDHM. Salientou que, além desses oito municípios, também serão
62 considerados como prioritários: municípios catarinenses sem Centro de Referência de
63 Assistência Social – CRAS que receberão este equipamento por meio do Programa do
64 Governo Estadual Pacto por Santa Catarina, bem como, municípios que passaram pelo
65 processo de mudança de habilitação no nível de gestão, com ressalvas, pela Comissão de
66 Intergestores Bipartite – CIB/SC, havendo, assim, a necessidade de acompanhamento pelo
67 Estado. Após apresentação, Ana Claudia informou que os membros irão estudar e analisar a
68 referida proposta na próxima reunião do COEGEMAS/SC, com a contribuição da Câmara
69 Técnica do COEGEMAS/SC. Janifer Otto sugeriu especificar no plano o período de execução
70 do acompanhamento nos municípios. Na ocasião, Renata Nunes informou que a idéia é
71 trabalhar o primeiro bloco de municípios até dezembro de 2015, e que se compromete em
72 apresentar o cronograma de execução do referido plano. Daiana Nardino falou sobre a
73 preocupação em relação ao tempo hábil para execução, já que a previsão de tempo para
74 execução, nesse primeiro momento, é até dezembro deste ano. Ainda lembrou que a revisão
75 do plano se dará anualmente. Renata Nunes destacou que faltou na versão do plano entregue
76 ao COEGEMAS/SC a inclusão dos municípios que passaram pelo processo de mudança de
77 habilitação no nível de gestão, com ressalvas. Após discussão, o plenário acordou em realizar
78 a próxima reunião da CIB/SC em 13 de julho, em Florianópolis, tendo como um dos assuntos
79 em pauta a pactuação do Plano de Acompanhamento e Apoio Técnico aos Municípios de
80 Santa Catarina. **4º Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS Municipal e Estadual.**
81 Renata Nunes informou que o pacto de aprimoramento da gestão estadual precisa ser
82 atualizado, e que se fará uma breve apresentação das metas alcançadas pela gestão estadual
83 até o momento. Na ocasião, Paloma Mariucci apresentou as ações executadas, não
84 executadas e em andamento, conforme as ações prioritárias do referido pacto. Após
85 apresentação, Renata Nunes destacou que, quanto à questão do reordenamento institucional,
86 ainda há necessidade de adequações em algumas áreas. Ainda ressaltou a necessidade de
87 algumas ações estruturantes para avançar no sistema, tais como: implantação do sistema de
88 informação, estruturação da gestão do FEAS/SC e realização de concurso público. Na ocasião,

89 Ana Claudia falou da importância de colocar essas questões em debate, pois é preciso que o
90 Estado cumpra suas metas, assim como os municípios também precisam alcançar as metas
91 municipais. Destacou a necessidade de construir em conjunto e unir forças para que o Estado
92 esteja mais presente nos municípios, visando avançar nessa política pública. Renata Nunes
93 informou que o Estado tem olhado para o cumprimento das metas municipais, o que tem
94 permitido uma leitura mais geral do sistema, e norteado as estratégias de ações da gestão
95 estadual. Ainda lembrou sobre a importância dos Municípios preencherem corretamente os
96 dados do CensoSUAS. **5º Termo de Ajuste de Conduta para contratação de equipe de
97 referência do SUAS da Proteção Social Especial de Média Complexidade para prestação
98 do Serviço de Medidas Socioeducativas.** Renata Nunes informou que houve uma reunião
99 com o Ministério Público por conta dos Termos de Ajuste de Conduta em relação à execução
100 de Medidas Socioeducativas, e que o Estado tem tentado travar um diálogo mais próximo com
101 este órgão. Na ocasião, Ana Paula, analista técnica da SST/SC, informou que faz
102 aproximadamente um ano que a equipe da secretaria tem recebido ligações por conta deste
103 termo de ajuste de conduta. Destacou que já foram feitas algumas conversas com o Ministério
104 Público sobre esse assunto. Relatou que essa semana o Ministério Público informou que é
105 enviado um modelo de termo aos promotores para que seja aplicado em sua comarca, mas
106 que não conseguem ter gerência sobre o que todos os promotores aplicam. Informou que tem
107 informações que algumas promotorias exigem equipe exclusiva para o serviço de medidas
108 socioeducativas para municípios de pequeno porte, o que não faz sentido já que a equipe da
109 Proteção Social Especial da gestão pode executar esse serviço. Ana Paula ainda ressaltou
110 que, no ano passado, foi construído o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo, e que
111 desde novembro encontra-se na Casa Civil para aprovação. Relatou que há duas semanas a
112 equipe participou de uma reunião na Casa Civil sobre o plano, e foi informada que no prazo
113 aproximado de um mês o referido documento será submetido à Consulta Pública. Ainda
114 salientou que no plano foi contemplado o item sobre cofinanciamento estadual para todas as
115 equipes que executam serviço de medidas socioeducativas, independente de ter CREAS
116 instalado. Mas que é necessária a aprovação do plano para haver respaldo para a proposta de
117 cofinanciamento. Informou que quando for aprovado o plano, a secretaria irá lançar um
118 formulário em seu site para que se conheçam quais municípios executam medidas
119 socioeducativas, quantos adolescentes atendem, se possuem plano municipal de atendimento
120 socioeducativo, e diante disso elaborar uma proposta de cofinanciamento. Na ocasião, Ana
121 Claudia questionou qual seria essa equipe na gestão municipal para acompanhar o Serviço de
122 Medidas Socioeducativas, sendo município de pequeno porte I, sem CREAS instalado, e que
123 possui dois técnicos da gestão que executam todos os serviços de Média Complexidade. Ana
124 Paula informou que o objetivo é que esses dois técnicos também façam medidas
125 socioeducativas, e que seja basicamente um assistente social e um psicólogo. Ana Paula
126 lembrou que não existe uma normativa que disponha sobre essa equipe. Ana Claudia reforçou
127 que o problema está na ausência de orientação específica a respeito, pois os promotores se
128 baseiam na NOBSUAS RH. Na ocasião, Ana Paula sugeriu como encaminhamento que a
129 Gerência de Proteção Social Especial da SST/SC elabore uma Nota Técnica sobre o assunto.
130 Após discussão, Renata Nunes externou a preocupação da ocorrência de precarização dos
131 serviços, e lançou como proposta uma aproximação com o Ministério Público visando dialogar
132 sobre essa demanda e verificar o caminho mais adequado, construindo esse processo junto à

133 CIB/SC e COEGEMAS/SC. O plenário acordou que a SST/SC irá construir uma nota a respeito,
134 juntando o material já existente, procurando afinar o conteúdo junto ao COEGEMAS/SC, para
135 socializar na próxima reunião da CIB/SC. **6º Serviços Regionalizados da Proteção Social**
136 **Especial de Média e Alta Complexidade.** Maria Eunice, coordenadora da Câmara Técnica da
137 CIB/SC, informou sobre o andamento dos trabalhos sobre a regionalização, destacando que já
138 foram concluídos os levantamentos de dados para os serviços regionalizados da média
139 complexidade, e que esta Câmara Técnica está aguardando a definição do Estado em relação
140 ao modelo de serviço regionalizado para média complexidade, para que diante do modelo
141 estabelecido se possa fazer a leitura de acordo com os dados já levantados. Quanto ao serviço
142 regionalizado de alta complexidade, informou que já existem dados levantados, e que esta
143 Câmara Técnica está aguardando a definição do Estado em relação à modalidade e
144 quantidade de atendimento e a forma de execução. Maria Eunice ainda ressaltou a
145 necessidade de o Estado instituir o repasse fundo a fundo regular e automático, e garantir
146 equipe técnica estadual para coordenação e/ou execução dos serviços. Destacou que a
147 CIB/SC deve pactuar o desenho da regionalização, o cofinanciamento e/ou financiamento para
148 os serviços regionalizados de média e alta complexidade e implantação da Central de
149 Acolhimento para a alta complexidade, que dependerá de recursos humanos e financeiros.
150 Ainda informou que o prazo oficial para pactuação já foi esgotado, e que ficou acordado na CIT
151 que os casos de cada Estado seriam analisados individualmente. Na ocasião, Renata Nunes
152 relatou que na última reunião da CIT foi apresentado um panorama nacional, onde 14
153 (quatorze) estados conseguiram pactuar o desenho da regionalização (média e/ou alta
154 complexidade), e que o prazo para pactuação findou em abril deste ano, lembrando que o
155 prazo para a entrega do plano de regionalização é 30 de julho de 2015. Falou ainda que,
156 considerando o número significativo de Estados que tiveram dificuldades para pactuar o
157 desenho da regionalização, foi acordado na CIT que seria instalada uma câmara técnica para
158 estudar a situação desses Estados. Renata Nunes comunicou que a Secretária de Estado
159 pretende apresentar uma proposta de regionalização ao governo central para verificar a
160 possibilidade de investimentos. Salientou que a preocupação é haver uma pactuação do
161 desenho da regionalização sem garantia de investimentos. **7º Fluxos Migratórios.** Renata
162 Nunes relatou que nesses últimos tempos o Estado de Santa Catarina tem recebido imigrantes
163 haitianos e seneganeses, e que a secretaria está fazendo algumas articulações na esfera
164 estadual e federal para avançar na organização do poder público para o acolhimento dessa
165 população. Destacou que o processo não é pontual e vem crescendo ao longo do tempo pelo
166 país. Na ocasião informou que haverá, no dia 01 de julho de 2015, no período da tarde, a
167 reunião de Articulação sobre Fluxos Migratórios no Sul do País, promovida pela SST/SC, com
168 previsão de participação do Ministério da Justiça (MJ), Ministério do Desenvolvimento Social
169 (MDS), Representantes dos Estados do Paraná (PR), Rio Grande do Sul (RS), São Paulo (SP)
170 e Amazonas (AM), que socializará sua experiência de acolhimento no Estado. Salientou que
171 esse encontro tem como objetivo estabelecer fluxos e estratégias adequadas para atendimento
172 aos imigrantes. Comunicou que será formalizado um convite aos gestores municipais, que tem
173 recebido essa população de forma mais intensa, para uma reunião no dia do encontro, na SST,
174 no período da manhã. Após esse relato, Ana Carolina retomou o assunto da regionalização dos
175 serviços, manifestando preocupação na possibilidade do governador não querer investir nesses
176 serviços, ressaltando que foram feitos estudos pela câmara técnica a respeito, foram criadas

177 expectativas nos municípios, e que os municípios de pequeno porte necessitam da implantação
178 desse serviço. Levantou a questão de que a promotoria cobra a execução desses serviços dos
179 municípios, e interrogou se o Estado é cobrado por esse mesmo órgão. Na ocasião Renata
180 Nunes disse que ocorre essa mesma preocupação por parte da equipe do Estado, e que se
181 fará o esforço de levar as demandas e necessidades dos municípios ao governo central.
182 Ressaltou que é uma tarefa que não depende somente da Secretaria, mas de uma articulação
183 e construção conjunta. **8º Homologação Resolução CIB “Ad Referendum” nº 06/ 2015.** O
184 plenário homologou a Resolução CIB “Ad Referendum” nº 06, de 28 de maio de 2015, que
185 dispõe sobre critérios, estratégias e procedimentos do repasse de recursos estaduais, alocados
186 no FEAS/SC, para cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Média
187 Complexidade, no exercício de 2015. Nesse momento, a secretária de Estado e Coordenadora
188 da CIB/SC, Ângela Albino, assumiu a condução dos trabalhos, e retomou o assunto referente
189 aos Fluxos Migratórios. A Secretária relatou sobre a chegada de imigrantes haitianos e
190 seneganeses no final de maio em Santa Catarina, destacando as dificuldades encontradas, o
191 processo de articulação com outros órgãos e a necessidade de aperfeiçoar o fluxo de
192 informações. Na oportunidade reforçou o convite aos gestores municipais na reunião de
193 articulação sobre fluxos migratórios no Sul do País, promovida pela SST/SC, em Florianópolis.
194 Destacou que as diretrizes de trabalho do governo do Estado são: o acolhimento humanitário e
195 a inclusão produtiva. **9º Bloqueio de Recursos Federais.** Ana Claudia relatou que o
196 COEGEMAS/SC recebeu informações de que a SST/SC tem ligado para alguns municípios,
197 informando a alguns equipamentos, e não ao gestor, o bloqueio de recursos federais por
198 motivo de carga horária do assistente social com 30 horas ou pelo espaço compartilhado de
199 equipamento. Levantou a necessidade de verificar se o município informou a situação no
200 CensoSUAS ou a identificação da situação se dá por averiguação do próprio Estado. Renata
201 Nunes informou que não foi o Estado que executou o bloqueio, e que as informações
202 encontradas no CensoSUAS geraram os bloqueios. A analista técnica da SST/SC, Juliana
203 Martins, explicou que o motivo do bloqueio se dá por conta da Resolução CIT nº 21/2013, que
204 estabelece critérios mínimos para o funcionamento do CRAS. Reiterou que as situações
205 inadequadas foram identificadas no CensoSUAS 2013 e/ou 2014, e que o bloqueio não está
206 relacionado ao monitoramento realizado pelo Estado. Informou que aproximadamente 80
207 (oitenta) municípios tiveram recursos bloqueados, e que a equipe do Estado entra em contato
208 com o gestor municipal para informar a situação de bloqueio, e quando não encontrado, para
209 agilizar o processo, avisa-se ao técnico do CRAS. Na ocasião, representantes do Estado
210 informaram e reiteraram que passarão a comunicar aos gestores municipais sobre as situações
211 de bloqueios, e não mais aos técnicos dos equipamentos. Renata Nunes reforçou que o
212 bloqueio é gerado via sistema, de acordo com as informações preenchidas pelos municípios no
213 CensoSUAS. Informou que quando há o bloqueio, o MDS solicita ao Estado a realização de
214 visita de monitoramento, e se identificado a superação da dificuldade, o Estado encaminha
215 documento ao MDS informando que foi sanada a dificuldade identificada no CensoSUAS. Na
216 oportunidade, alguns gestores municipais externaram a preocupação em relação aos atrasos,
217 bloqueios e suspensões de recursos da assistência social que vem prejudicando a manutenção
218 e a continuidade dos serviços socioassistenciais. Ainda discutiram sobre os motivos de
219 bloqueios dos recursos federais, sendo eles, principalmente, carga horária e compartilhamento
220 de espaço dos equipamentos. Alguns gestores municipais apontaram dificuldades sobre o

221 espaço do equipamento no momento em que esperam o término da construção de
222 equipamentos sociais pelo Estado, e que algumas obras encontram-se paralisadas. Os
223 gestores também levantaram a discussão sobre a relação entre o cumprimento de 40 horas de
224 funcionamento dos equipamentos e o cumprimento das 30 horas de trabalho do assistente
225 social. Ana Claudia ainda levantou a questão dos municípios com recursos bloqueados por
226 conta da Resolução CNAS nº 36, onde em alguns casos o recurso de todo o bloco de
227 financiamento foi bloqueado. Renata Nunes informou que tem discutido com a equipe técnica
228 do Estado, alternativas para agilizar os desbloqueios, e falou da possibilidade de levar essas
229 demandas ao MDS para negociar. Ângela Albino se comprometeu em dialogar com o MDS
230 sobre os bloqueios. Magliane Siveris, gerente da Proteção Social Básica da SST/SC,
231 esclareceu que um dos motivos de bloqueio de recursos se dá pela questão das 30 horas do
232 equipamento, e não da carga horária do assistente social. Informou ainda que as ligações
233 sobre a situação do bloqueio eram feitas aos gestores municipais, e que na falta desses,
234 entrava-se em contato com os coordenadores dos CRAS, e que não há orientação impeditiva
235 do Estado acerca das 30 horas dos assistentes sociais e às 40 horas a serem cumpridas pelo
236 equipamento. Renata Nunes lembrou a importância dos gestores atualizarem os contatos dos
237 órgãos gestores municipais no CadSUAS para facilitar a comunicação entre Estado e
238 Municípios. Na oportunidade, Ângela Albino falou que a secretaria irá construir uma articulação
239 com o MDS sobre as situações onde os municípios estão com recursos bloqueados por motivo
240 de espaço de equipamentos compartilhados, e que possuem equipamentos sendo construídos
241 pelo Estado. **10º Construção de Equipamentos Sociais.** Ângela Albino informou que não
242 existe mais o convênio com a COHAB/SC, e que foram identificados alguns defeitos no
243 processo para construção dos equipamentos, contextualizando que as medições estavam
244 paradas desde novembro, e informando que algumas empresas estavam com problemas na
245 execução das obras e que houve problemas na licitação do mobiliário. Sobre a lista de espera
246 para novas construções, Ângela Albino informou que existe a possibilidade de construções de
247 mais 10 (dez) a 15 (quinze) CRAS, e que a secretaria está se propondo a adotar critérios que
248 privilegiem municípios que ainda não tenham os referidos equipamentos. **11º Conferências**
249 **Municipais de Assistência Social.** Renata Nunes informou sobre a realização do I Encontro
250 de Conselhos Municipais de Assistência Social, em 02 de junho, com o objetivo de criar um
251 diálogo e aproximação com o controle social. Relatou que durante o evento foram prestadas
252 orientações sobre a realização das conferências municipais e a construção dos planos
253 decenais. Lembrou que o prazo para realização das conferências municipais de assistência
254 social é até 10 de agosto de 2015, sendo que a Conferência Estadual de Assistência Social
255 ocorrerá de 30 de setembro a 02 de outubro de 2015. **12º Informes: DIAS/SST - Realização,**
256 no dia 10 de agosto de 2015, em Florianópolis, do encontro para discussão da aplicação da Lei
257 nº 13019/2014 – Novo Marco Regulatório, que estabelece o regime jurídico das parcerias que
258 envolvam ou não transferências de recursos financeiros entre a administração pública e a
259 sociedade civil; O prazo limite para envio da documentação para cofinanciamento estadual
260 finda em 16 de julho de 2015, sendo que a listagem dos documentos necessários e outras
261 informações estão disponíveis no sítio eletrônico da SST; Observação de Saldo em contas de
262 recurso federal para evitar suspensões e/ou bloqueio de recursos, assim como influenciem em
263 futuros repasses; Realização de Audiência Pública na Câmara Federal no dia 23 de junho de
264 2015, em Brasília, sobre o Novo Marco Regulatório/ Lei nº 13019/2014, com debate sobre

265 aplicabilidade da referida Lei e seus desdobramentos; Indicação de instalação de nova Câmara
266 Técnica na CIT para estudo sobre situação dos Estados que apresentaram dificuldades na
267 implantação de Serviços Regionalizados (Santa Catarina participará como membro); SENARC
268 pactua procedimento para qualificação dos dados dos trabalhadores do SUAS no CADUNICO
269 e Bolsa Família; Necessidade de atualizar os dados no CadSUAS (Sistema de Cadastro do
270 SUAS), a fim de qualificar a comunicação entre equipe do órgão gestor estadual e gestores e
271 técnicos da rede socioassistencial; Em cumprimento ao previsto na Resolução nº 21/2013 da
272 Comissão Intergestores Tripartite (CIT), o órgão gestor estadual procederá com notificação aos
273 municípios cujo CRAS encontram-se no Processo de Aperfeiçoamento Gradativo, com
274 suspensão dos recursos do cofinanciamento do Piso Básico Fixo. A referida resolução
275 estabelece critérios mínimos para que os equipamentos públicos possam oferecer um serviço
276 de qualidade aos usuários da assistência social. As situações inadequadas foram identificadas
277 no CENSO 2013 e/ou 2014; O prazo para preenchimento pelo gestor, e aprovação pelo
278 Conselho de Assistência Social, do Plano de Ação 2015 encerrará no dia 30 de junho de 2015;
279 O prazo de preenchimento do Demonstrativo Sintético – IGDPBF, pelo gestor, se encerra no
280 dia 30 de junho de 2015, e o prazo para aprovação do referido Demonstrativo, pelo Conselho
281 de Assistência Social, termina no dia 31 de julho de 2015; Apresentação dos municípios que
282 fizeram os aceites, mas não implantaram os serviços ou não demonstraram a implantação,
283 destacando que em 2012, dois municípios não demonstraram a implantação do PAIF/CRAS:
284 Iomerê e Major Vieira. Em 2013, cinco municípios fizeram os aceites e não demonstraram a
285 implantação dos serviços: Antonio Carlos, Cunhataí, Pescaria Brava, Rancho Queimado e
286 Rodeio. Municípios em suspensão, em relação à PAEFI/ CREAS: Penha e Cunha Porã;
287 Proposição de articulação entre SST/SC e Secretaria de Estado da Educação para integração
288 das ações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV e o Programa Mais
289 Educação – PME; Articulação entre SST/SC e Secretaria de Estado da Saúde sobre a Portaria
290 do Ministério da Saúde nº 94 e 95/2014. **COEGEMAS/SC** – Ana Claudia registrou que o
291 COEGEMAS/SC orienta os municípios a não realizarem as conferências regionais dos direitos
292 da criança e do adolescente, tendo em vista que não é atribuição do município realizá-las, e
293 sim do Estado, por meio das SDR's. Cabe lembrar que o CONANDA não orienta a execução
294 das conferências regionais. Para finalizar, a coordenadora agradeceu a presença de todos e
295 todas. Nada mais havendo a tratar, eu Liliane Sena, secretária executiva da CIB/SC, lavrei a
296 presente ata.